

Ata da 359ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 08/12/2025.

1
2 Ao oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte cinco foi realizado a trecentésima
3 quinquagésima nona reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio Híbrido
4 (eletrônico/presencial), com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I – PODER PÚBLICO –**
5 **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari Garcia
6 Guiral (Suplente) – **II – PRESTADORES PROVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES**
7 **FILANTRÓPICAS:** Alfredo Joaquim de Lima (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
8 **DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:**
9 Ricardo de Oliveira (Titular); Adilton Dorival leite (Suplente); Leandro Oliveira (Titular); Valdemir
10 Vieira (Titular); Marcella Milano (Suplente) – **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO**
11 **PROFISSIONAL:** Waldecir de Paula Lima (Suplente); Carolina Jessica da Silva Salado (Suplente) –
12 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Haino Burmester (Titular); Dalila Viana de Freitas
13 (Titular) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Maria Giuliana S. Lima
14 dos Santos (Titular); Robson William Lorono (Titular); Valdeci Henrique da Silva (Suplente) –
15 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Aline Oliveira Costa (Titular); Sheila Ventura
16 Pereira (Suplente) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia
17 de Brito Souza (Titular); Ledivan Lopes Seabra (Suplente); Tereza Aparecida Machado (Titular);
18 Juraciara Fonseca dos Santos Morcillo (Titular); Dora Martins dos Santos (Suplente) –
19 **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Rubens Alves Pinheiro (Suplente) – **PROGRAMA OU**
20 **MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** João Inácio Mildner (Titular); Jorge Luiz Nunes
21 Florindo (Suplente) – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA – I – PODER PÚBLICO – UNIVERSIDADES DO**
22 **ESTADO DE SÃO PAULO:** Mauricio Etchebehere (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS**
23 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Milton Massayuki
24 Osaki (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:**
25 Marileide Sousa Silva Luna (Titular) – **AUSENTES – I – PODER PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO**
26 **DA SAÚDE:** Ricardo Kerti Mangabeira Albernaz (Titular) – **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:**
27 Michelle Luis Santos (Titular); Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Suplente); Silvio Augusto
28 Balan Garcia (Titular); Elaine Cristina Toni Xavier (Suplente) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO**
29 **PAULO:** Antonio Gonçalves de Oliveira Filho (Suplente); Carmen Silva Gabriel (Titular); Deisy de
30 Freitas Lima Ventura (Suplente) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE –**
31 **ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Gisele Dominicci Silva de Moraes (Suplente) – **ENTIDADES COM FINS**

32 **LUCRATIVOS:** Inaldo Rocha Leitão Filho (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE**
33 **SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Kátia
34 Aparecida dos Santos Araújo (Suplente) – **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO**
35 **PROFISSIONAL:** Viviani dos Santos Fontana (Titular); Maria José Martins de Souza (Titular) –
36 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Sérgio Tamai (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÃO**
37 **DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** José Osvaldo Pereira dos Santos (Suplente); Jonathan
38 Faleiros (Titular); Célia Regina Alves Castello Folhas (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES**
39 **DE PATOLOGIA:** Clarísia Viscardi Moniz Ramos (Suplente); Nadir Francisco do Amaral (Suplente) –
40 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Danilo Moretti Ferreira (Titular); Cristiane
41 Daniel (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Ana Maria Martins
42 Soares (Titular); Maria José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS**
43 **POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Juliana Peneda Hasse (Titular); Maria Eugenia Ferraz
44 dos Amaral Bodra (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Cirlene Souza Machado (Titular).
45 O Secretário Executivo após a chamada estabelece o quórum e passa a palavra para o presidente
46 do CES Dr. Eudes para a abertura dos trabalhos que inicia cumprimentando a todos e comunica o
47 CES que o Supremo Tribunal Federal, teve uma sessão para a premiação do concurso Inovare, que
48 são as melhores práticas existentes no Brasil. E na secretaria tem um grupo, de três pessoas do
49 qual faz parte e que idealizaram um projeto de captação de órgãos, tecidos e partes do corpo
50 humano para fins de transplante. Esse é um projeto ambicioso porque não envolve nada de
51 dinheiro e que depende única e exclusivamente do voluntariado, do altruísmo e da solidariedade
52 humana. O grupo contactou vários proprietários de aeronaves que aderiram à ideia e cedem a os
53 seus aviões com a finalidade exclusiva de buscar órgãos, isto fez com que em um ano, a partir de
54 outubro de 2024 até outubro de 2025, realizaram cerca de 70 voos e 67 transplantes, sendo 49
55 cardíacos. Desses 49 cardíacos, nove de crianças, que é a coisa mais difícil e narra um episódio que
56 aconteceu em que um menino de São Paulo chamado Artur com 8 meses de idade que necessitava
57 urgentemente de um coração para transplante, porque ele não tinha mais chance de vida. E no
58 Rio de Janeiro faleceu uma criança de 9 meses, uma menina, e a família doou o coração. Então
59 essa equipe saiu de São Paulo, foi para o Santos Dumont no Rio de Janeiro. A Polícia Militar fez a
60 escolta da equipe, levou até o hospital e trouxe o coração de volta. O jato desceu em Congonhas,
61 depois um helicóptero levou até o Hospital Beneficência Portuguesa, onde foi feito o transplante
62 e esclarece que esse convênio, chama doação de horas de voos. Enfatiza que é uma visão cristã,

63 altruísta e de espiritualidade avançada. Essa prática fez com que ganhassem o primeiro prêmio do
64 concurso Inovare, e relata mais algumas experiências vividas destas horas de voos com muito
65 entusiasmo. Menciona ainda que a imprensa publicou o Jornal Nacional, que colocou um bloco
66 inteiro, para divulgar esse prêmio. que é considerado o prêmio máximo do Brasil, finaliza seu
67 informe e dá início a reunião. O Secretário Executivo dá prosseguimento aos informes. Conselheiro
68 Belfari, solicita duas inclusões de pauta, uma é a homologação de duas reuniões, a 338ª e a 339ª
69 reunião ordinária do conselho, realizadas em fevereiro e março de 2024, respectivamente. A outra
70 inclusão de pauta que é que no pleno passado foi indicado para ir à Brasília no lugar do conselheiro
71 Leandro, em função do término do mandato, e pede que volte o nome do conselheiro Leandro,
72 tendo em vista que o mandato dele vai até abril, para que isso aconteça, o colegiado tem que se
73 manifestar. Conselheira Maria Zélia informa que iniciou no Brasil e no Estado de São Paulo a vacina
74 para as grávidas, contra a doença bronquiolite nos primeiros dias de nascido dos bebês e ressalta
75 a importância da campanha de vacinação e faz um relato de um caso de Diadema na segunda
76 questão coloca que o Hospital Brasil completa 80 anos, e que é um hospital que faz um
77 atendimento online para o Brasil inteiro de lugares aonde não tem a discussão sobre os acidentes
78 com os animais peçonhentos, e ainda sobre o abandono da saúde mental e como os processos
79 ficam atravancados na questão da saúde mental no Brasil, enfatiza sobre o debate da reforma
80 psiquiátrica e o triste abandono do caso Gerson, pois não foi só um abandono da família, é um
81 abandono do Estado brasileiro, é um abandono do mundo com as pessoas com transtornos
82 mentais e coloca ainda os casos de violência contra mulheres e tráfico de seres humanos e encerra
83 sua fala com a frase de Fernanda Torres “ Nós também não podemos qualificar todo mundo no
84 mesmo balaio e destaca o papel da educação que se inicia nas creches com diálogo não violento,
85 na questão de princípios, de respeito aos seres humanos primeiro, etc., enfim questões que
86 precisam ser tratadas dentro das escolas. Conselheiro Rubens, informa que participou da reunião
87 dos dias da Equidade e que fará o relatório, e que tem dois relatórios para entregar a participou
88 também da reunião no Hospital Universitário. Em regime de votação as duas inclusões de pauta
89 sugerida pelo conselheiro Belfari. A aprovação da **inclusão de pauta** da homologação dos plenos
90 ordinários atas nºs 338ª e 339ª. Aprovadas por 16 votos a favor, nenhum voto contrário e
91 nenhuma abstenção. Em regime de votação a aprovação da **inclusão de pauta** para a substituição
92 do conselheiro Belfari Garcia Guiral pelo conselheiro Leandro no evento em Brasília, que ocorrerá
93 no próximo dia 17 dezembro. **Aprovada por 16 votos** a favor, nenhum voto contrário e nenhuma

94 abstenção. O secretário executivo informa a retirada de pauta da apresentação e discussão e
95 votação das alterações do regimento interno do CES, pois conforme consta no regimento, todas
96 as alterações do regimento precisam de quórum qualificado. O conselheiro Belfari esclarece que
97 na verdade nem pode ser colocado em pauta, considerando o quórum qualificado, que é de 21
98 conselheiros, ou seja, ele **fica na pauta** até o colegiado atingir o quórum qualificado. A conselheira
99 Maria Zélia solicita esclarecimento sobre a possibilidade de pedir vistas no processo do regimento
100 para que possam analisar os encaminhamentos, deliberações, grupo de trabalho, de comissão, de
101 análise, etc., e propõe vistas. O conselheiro Belfari esclarece que o regimento em vigor está claro,
102 no artigo 117 onde fala do pedido de vistas e que não é possível pedir vistas de algo que não está
103 em pauta. É uma questão de iniciativa conceitual, pois qualquer conselheiro tem direito de pedir
104 vistas estando em pauta, sendo assim o regimento não está em pauta porque têm um
105 impedimento formal, do quórum qualificado e sugere que enquanto membro da comissão e os
106 demais membros também estão presentes que a comissão possa agendar uma reunião com todos
107 os conselheiros interessados, apresentar, qualificar e identificar quais as necessidades de
108 alteração dessa proposta, lembra ainda que já é a sexta proposta de alteração do regimento.
109 Conselheira Juraciara, coloca que baseada no artigo 78, onde consta que o presente regimento
110 interno entrará em vigor na data da sua publicação e só podendo ser modificado em sessão de
111 pleno expressamente convocado para tal propósito, então o grupo de trabalho, nem deveria ter
112 acontecido, uma vez que fere o regimento, e sugere uma reunião exclusiva para tal. Artigo 78.
113 Conselheiro Dimitri. Coloca que além da questão do voto qualificado, precisaria ter 2/3 e não tem,
114 portanto cabe apreciação, esclarece que integra a comissão e existem três artigos que não estão
115 concluídos e na sua opinião seria um motivo para a devolutiva ao grupo de trabalho. Outra
116 situação é o grupo foi constituído por deliberação desse colegiado, então, em respeito a esse
117 colegiado, esse grupo tem que ser reconhecido. Conselheira Maria Zélia coloca o papel do
118 funcionamento do CES. Menciona a subseção dois do artigo 17, o papel deles são atribuições do
119 conselheiro comparecer, zelar, estudar, apreciar, apresentar, acompanhar, requerer,
120 acompanhar, apurar denúncias, desempenhar, pedir vistas, e complementa com o capítulo oitavo
121 das disposições gerais e transitórias, e o artigo 77, os casos omissos e as dúvidas surgidas na
122 aplicação do presente regimento interno serão dirimidas pelo pleno do Conselho Estadual de
123 Saúde. O Conselheiro Ledivan, entende que é uma suspensão da pauta e a qualquer momento que
124 a matéria vier para a discussão, aí sim, caberá o pedido de vista ou não. O secretário executivo

125 lembra que tem a sugestão de um membro com a concordância dos outros membros do GT de
126 atualização de regimento, que poderão marcar uma reunião com todos os conselheiros
127 interessados em contribuir. A conselheira Tereza esclarece que desde a primeira reunião do GT foi
128 encaminhado e-mail para todos os conselheiros que pudessem naquele momento mandar as suas
129 contribuições fato que não aconteceu, as poucas que vieram foram acolhidas e que há ainda três
130 itens para ser concluídos e foi encaminhado para o pleno para conhecimento e discussão, ou seja,
131 não estava pronto. Conselheiro Dimitri, que entende que o grupo da revisão tem como tarefa
132 concluir os três artigos pendentes ou não conclusos, e o mandato destes membros irá se encerrar
133 em 25/04/2026, sendo assim ganharam mais 4 meses para trabalhar a minuta do regimento e
134 enfatiza que a programação era ter enviado no início da segunda quinzena de novembro, a minuta
135 da revisão para todos, para que tivessem a oportunidade de fazer uma leitura prévia e apresentar
136 novas contribuições, além daquelas que já foram levantadas ou trabalhada pelos integrantes do
137 grupo e isso não aconteceu, fazendo com que não tenham conseguido concluir os três artigos
138 pendentes e não conclusos, é de opinião ter um encontro específico para se debruçarem
139 exclusivamente sobre a minuta da revisão e também trabalhar a questão do quórum que passou
140 a ser importantíssimo ter uma ação específica para que os conselheiros estejam presentes na data
141 da apreciação e deliberação. Conselheiro Valdecir, que fortalece e reforça a fala de alguns em
142 relação à colaboração de todos, pois por diversas vezes foi colocada a possibilidade da participação
143 de todos os conselheiros por e-mail para que os conselheiros enviassem as suas contribuições para
144 o grupo de trabalho e reforça que não foi possível concluir o trabalho e insiste na sugestão que fez
145 para a redação final do regimento e concorda com uma reunião específica com aqueles
146 conselheiros que se mostrarem interessados para que possam expor todo o trabalho e chegar na
147 redação final e antes de colocar em votação do plenário, enfatiza ainda que o regimento precisa
148 de uma atualização e o grupo foi formado inclusive por anuência do plenário. O Secretário
149 Executivo argumenta que o assunto já foi encaminhado, portanto não pode mais ser discutido e
150 não adianta ficar insistindo em mais esclarecimentos. A conselheira Maria Zélia faz mais algumas
151 considerações a respeito do regimento e finaliza. Passando para as pautas complementares, o
152 item um da pauta é a apresentação e votação do parecer do relatório de gestão o RAG de 2024.
153 Conselheira Teresa, inicia a leitura do relatório deixando bem claro para todos que receberam o
154 parecer e que foi construído com os três RDQAs, que permanecem também com as ressalvas, e
155 como todos puderam observar o relatório anual de gestão, conforme previsto no artigo 4º da Lei

156 8142/90, combinado no artigo terº da Lei Complementar 14, 1 de 2012 é o instrumento de
157 planejamento de elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados na
158 execução do programa anual de saúde, que é a PAS e orienta eventuais arredondamentos que se
159 fizerem necessário ao plano estadual de saúde. as seguintes programações; constitui-se o
160 instrumento de comprovação da aplicação dos recursos da saúde que compõe o Fundo Estadual
161 de Saúde, etc... e assim por diante e finaliza solicitando a colocação em votação. Conselheiro
162 Rubens, pergunta se será publicado o documento, para encaminhamento e registro, o secretário
163 executivo informa que a publicação é na íntegra, inclusive com as ressalvas. O conselheiro Belfari
164 parabeniza a Cofin pelo excelente trabalho, na figura da Tereza e complementa que o Tribunal de
165 Contas todas essas recomendações e ressalvas, que vai para o relatório deles. O conselheiro do
166 Tribunal de Contas faz a análise desses documentos. Conselheiro Ledivan solicita um
167 esclarecimento sobre qual é o papel da CGOF, quando fala que não dispõe de informações a
168 respeito do referido processo? A conselheira Tereza informa, e que ela não é responsável pela
169 administração direta e que é só financeiro. Outra dúvida; as metas de 2024 que não foram
170 comprometidas em 2000, nesse ano que nós estamos, ela teve alguma mudança? A conselheira
171 Tereza informa que não sabem ainda e que só ficará claro quando terminar o terceiro
172 quadrimestre. O conselheiro Belfari coloca uma questão de esclarecimento. As metas são revistas
173 na programação anual de saúde, que é o próximo item de pauta e enfatiza que a comissão que
174 avaliou, a programação para 2026, observou se houve alguma meta não cumprida, se tinha que
175 inclusive que observar com mais qualidade o que vai ser feito e fazer a proposta. Em regime de
176 votação a aprovação do parecer do relatório anual de gestão - RAG/2024. Aprovada por **17 votos**
177 **a favor, um voto contrário e nenhuma uma abstenção.** Seguindo a pauta, agora é a apresentação
178 e votação do parecer da programação anual de saúde 2026. Conselheira Teresa, que esclarece que
179 todos os quadradinhos com as anotações foram sobre a discussão do CES em reunião ampliada
180 sobre a PAS que permaneceram na íntegra sem nenhuma alteração. E inicia a leitura pelas
181 ressalvas que ficaram a desejar, e têm que serem executadas, e segue fazendo a leitura do
182 documento previamente enviado para conhecimento de todos os conselheiros e finaliza
183 enfatizando que coloca para aprovação as recomendações a programação anual de saúde de 2026,
184 PAS/2026, pois são recomendações graves, que vieram ao longo do tempo e permanecem,
185 portanto, é uma vigilância permanente e acompanhamento PAS. Esclarece ainda que todos têm o
186 resumo com tudo que discutiram na reunião ampliada e sugere aos conselheiros da nova gestão

187 montar um plano de trabalho. Conselheiro Robson, coloca que em relação a PAS, a posição da
188 coordenação da Cofin, é que não aprovem o relatório apresentado agora pela conselheira Tereza
189 referente a PAS 2026 produzido pela mesa diretora e esclarece que a Cofin precisa para fazer a
190 recomendação do PAS 2026 e que os documentos para isso já foram solicitados, que seria uma
191 planilha em Excel sobre informações da Lei Orçamentária 2026 e que não foram enviados a Cofin
192 e conforme prevê a lei 141, os instrumentos de gestão em planejamento do SUS são avaliados em
193 concomitância com os instrumentos da programação orçamentária e a Cofin não teve condições
194 de analisar e avaliar porque não recebeu a proposta orçamentária do PAS 2026 em Excel da
195 Secretaria Estadual de Saúde., sendo assim a coordenação da Cofin, na pessoa do conselheiro
196 Robson e do conselheiro Alfredo, reitera o fornecimento destas informações para que a comissão
197 possa ser reunida, emitir parecer sobre a questão. Ressaltando que qualquer aprovação do
198 documento sem a discussão prévia na Cofin que está se dispondo a discutir esse documento, salvo
199 o melhor juízo, pode se tratar de um procedimento inadequado por parte do conselho, com todas
200 as repercussões administrativas cabíveis, inclusive possível apreciação do Tribunal de Contas do
201 Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, se for cabível, à possível
202 nulidade da aprovação na reunião deste Pleno, sem a análise prévia da cofin, esclarece ainda que
203 o coordenador da Cofin solicitou informações por email e foi questionado se tinha ata registrando
204 o assunto e o mesmo respondeu que sim e em várias reuniões foram reiterando o pedido destas
205 informações e faz mais algumas considerações referente ao desenvolvimento dos trabalhos da
206 comissão e finaliza recomendando a não aprovação do relatório nesta reunião e o retorno da
207 discussão a Cofin. Conselheira Zélia, coloca que com todo o respeito ao posicionamento do
208 Conselheiro Robson, porém esclarece que houve a discussão e na última reunião o conselheiro
209 Robson não estava presente, onde inclusive a conselheira Teresa fez uma apresentação em tela
210 para as pessoas presentes e na reunião anterior da comissão ficou definido esse parecer, reunião
211 essa que onde estava presente e esclarece ainda que em reunião anterior o sr. Clemilson da CGOF,
212 respondeu a uma série de questões e foi uma reunião muito produtiva, esclarece também que
213 houve vários encaminhamentos e que o Sr. Clemilson se colocou à disposição de abrir os processos
214 que a Secretaria estava de portas abertas para todos, ressalta ainda que a comissão é que não
215 teve tempo, mas as recomendações estão claras e defende ainda que a PAS, precisa ser publicada
216 e a PAS tem o norteador para os gastos públicos. E faz mais algumas considerações sobre o CES
217 olhar para as prestações de contas dos municípios, etc., sugere ainda ao CES e ao CNS fazer uma

218 formação sobre orçamento público e ressalta que o CES tem que sair da zona de conforto e
219 praticar realmente sua função. Conselheiro Belfari, concorda com tudo o que a conselheira Maria
220 Zélia colocou, aliás com muita propriedade e pede aos conselheiros que acompanhem o raciocínio
221 e a posição dela e segue esclarecendo que estão olhando para a programação do ano de 2026 e
222 reforça que se não tem um parecer que possa trabalhar e que o conselho acompanhe da melhor
223 forma possível, abrem mão de um posicionamento do CES, para cobrar depois, argumenta ainda
224 que já perderam os prazos, porque já deveriam no começo do ano, primeiro e segundo semestre,
225 ir identificando tudo isso para que a gestão possa correr atrás das argumentações, para melhor
226 distribuição dos recursos orçamentários e financeiros nesta gestão, simplesmente reprovar causa
227 preocupação, coloca ainda que nada impede de passar o ano inteiro de 2026, analisando e
228 buscando melhores documentos para este coletivo se manifestar. Mas não dá para virar as costas,
229 simplesmente não aprovar e ficarmos mais alguns meses à deriva, pois se não tem uma
230 programação analisada, mesmo com recomendações e ressalvas, não dá nem para buscar
231 dinheiro, e nem para dar continuidade no que está sendo feito, porque se dar continuidade, como
232 que a gestão faz isso e não tem um documento aprovado orientador por este coletivo, e solicita
233 que acompanhem o parecer e aprovem com as recomendações e ressalvas. Conselheiro Rubens,
234 coloca a questão do Plano Municipal de Saúde do município de São Paulo, que foi rejeitado pelo
235 Conselho Municipal de São Paulo, que apresentaram várias questões, porém não apresentam
236 alternativas, etc., faz mais algumas considerações a respeito das condições dos municípios em
237 geral e sugere pensar em reoperacionalizar nesse mandato é o contato direto com os municípios,
238 pois como fazer uma análise mais complexa e rejeitar qualquer plano se não têm conhecimento
239 profundo do que está acontecendo? Outra questão é deixar registrado a falta de compromisso de
240 conselheiros e de entidades que indicam esses conselheiros, pois isso ocasiona falta de quórum,
241 etc... e enfatiza que os conselheiros tenham compromisso com esse conselho. É de opinião que as
242 entidades sejam revistas entidades e a questão fundamental é que a responsabilidade recaia sobre
243 os conselheiros, sobre aprovação de quem está, sugere que para 2026, uma conversa muito séria
244 a respeito das entidades que indicam conselheiros e continua fazendo considerações sobre a e
245 responsabilidade e compromisso do conselheiro e a responsabilidade também das Entidades que
246 indicam seus representantes. Conselheira Juraciara, quer declarar seu voto favorável, porque terá
247 que se ausentar e concorda plenamente com a apresentação da Tereza, porque o que foi colocado
248 representa a realidade dos municípios, até mesmo aqueles que tem mais 200 mil habitantes e

249 realmente é preocupante. Conselheiro Dimitri, lembra que o CES também tem o Plano Estadual
250 de Saúde e enfatiza que na revisão do regimento, estão solicitando que se realize uma conferência
251 estadual específica, restrita do âmbito estadual para que a população possa participar da
252 elaboração do plano estadual de saúde. Isso não estava previsto no regimento e isso já ocorre no
253 âmbito do município de São Paulo pensam em reproduzir para o âmbito estadual e faz algumas
254 considerações sobre as metodologias de análise do RAG, PAS, etc., e menciona o curso do MS
255 sobre gestão anunciado pela conselheira Juraciara, segue fazendo ponderações a respeito das
256 metas do PNS para assegurar sua efetiva execução e sobre locação de recurso, orçamentária e
257 financeira etc., deixa suas dúvidas para serem esclarecidas e aprendidas. Conselheiro Ledivan,
258 coloca que o tema é bem complexo, pois estão falando de gastos, mas esclarece que entende a
259 fala do conselheiro Robson, porém informa que acompanhou as reuniões e que inclusive algumas
260 o coordenador não pode participar, assumindo seu adjunto e não se manifestou contrário, pois
261 estava de acordo com os demais presentes, é de opinião que a apresentação da conselheira Tereza
262 está muita clara, caso contrário não teriam nenhum parecer, ressalta ainda que a PAS está dentro
263 do PES e reprovar agora compromete todo trabalho realizado, esclarece que também fez
264 questionamentos e foi respondido na medida do possível e solicita ao conselheiro Robson que se
265 retrate quanto ao pedido de reprovação da PAS, pois não condiz com a realidade e finaliza
266 agradecendo. Conselheiro Robson, respondendo ao conselheiro Ledivan, esclarece que não irá
267 retirar, em nome da coordenação da Cofin, representada por ele e pelo conselheiro Alfredo,
268 reforça que precisam das informações solicitadas para poder fazer a análise e por essa razão não
269 dá para retirar, argumenta que já houve um a formação de um pensamento coletivo da maioria
270 para aprovar o relatório que foi apresentado, mas é um relatório que não conta com a anuência
271 da coordenação da Cofin que em nenhum momento se furtou de discutir e elaborar parecer, e
272 responde ao conselheiro Ledivan que nunca faltou em nenhuma reunião, seja , reunião ordinária
273 do pleno e da Cofin e que pode ser que em alguma reunião extraordinária que não tenha estado
274 presente por outros compromissos assumidos com calendário e se fosse agendada, conforme o
275 calendário oficial do CES, se organiza para participar de todas as reuniões. A posição da
276 coordenação da Cofin tá mantida. Apresentem as informações que foram solicitadas. Tem ata,
277 tem e-mail solicitando a secretaria executiva do conselho e até o momento não receberam. Por
278 essa razão não tem relatório. O conselheiro Padre João em nome da mesa diretora propõe que o
279 secretário executivo proceda à votação. Em regime de votação, a aprovação do Parecer da

280 Programação Anual de Saúde – PAS/2026. Aprovada por 15 votos a favor, cinco votos contrário e
281 duas abstenção. Próximo item de pauta item três da pauta, que é apresentação e composição de
282 uma comissão organizadora para a semana de saúde. Conselheiro Belfar. Declara que esteve em
283 uma reunião em que estavam presentes também os secretários executivos e, por consequência a
284 conselheira presidente Fernanda do Conselho Nacional, onde foi comentado que há uma proposta
285 pelo Conselho Nacional de se fazer a semana da saúde, a conselheira Fernanda apresentou várias
286 datas, em vários Estados. E para o Estado de São Paulo, propõem 5 e 6 de março de 2026. É porque
287 o Dia Mundial da Saúde e o Conselho Nacional encerra fazendo uma atividade em vários Estados,
288 tanto que eles virão com 8 ou 10 conselheiros para o Estado de São Paulo. O CES deve acompanhá-
289 los e promover uma programação nesses dois dias e sugere que sejam conselheiros da comissão
290 de comunicação, formação e educação para acompanhar esses conselheiros do Conselho Nacional
291 e fazer juntos, um evento como São Paulo merece, esclarece ainda que não tem mais
292 informações, pois é um negócio muito embrionário. A conselheira Maria Zélia é de opinião que
293 devem envolver todas as comissões e que a comissão de comunicação, poderá ser a central, é a
294 coordenadora dos trabalhos, para um debate amplo, qualificado, com vários momentos políticos,
295 com pensamentos diferenciados, porque este conselho aqui não pode ser unânime num
296 pensamento único. O secretário executivo sugere deixar como pauta de reunião para fevereiro de
297 2026, na reunião dos coordenadores de comissão. Conselheiro Ledivan pergunta se tem um
298 número como teto para indicação de conselheiros e o conselheiro Belfari responde que não tem
299 essa informação. Em regime de votação: A aprovação da composição da comissão organizadora
300 sobre a coordenação da CIE, que é comissão de comunicação, Informação e Educação para a
301 Semana da Saúde com a participação de todas as outras comissões. Aprovado por 16 votos a favor,
302 nenhum voto contrário e uma abstenção. O próximo item de pauta é a aprovação do calendário
303 das atividades do conselho para 2026. O conselheiro Belfari esclarece que o calendário deve ser
304 aprovado em dezembro, conforme o regimento, mas quando chegar o novo mandato o calendário
305 será reavaliado e propor alterações se necessário. Conselheiro Rubens, faz algumas considerações
306 a respeito da questão de onde se encaixam os novos que estão chegando neste calendário e
307 decidir sobre as comissões, coordenação, etc... e segue ponderando as visitas hospitalares, a
308 regionalização e seus impactos na rede hospitalar, questões de reuniões com os coordenadores
309 dos hospitais, com denúncias e problemas graves cada vez mais frequente e solicita a presidência
310 que traga o mais rápido possível a questão da discussão sobre a regionalização para o CES e reforça

311 que precisará fazer uma reunião específica sobre a equidade. O dr. Eudes se compromete na
312 primeira reunião do ano 2026 a fazer para que todo o conselho saiba, sobre a regionalização e faz
313 um breve relato sobre a implantação da regionalização. A conselheira Tereza aproveita a
314 oportunidade para passar informações sobre o Cegras e a avaliação de recursos financeiros de
315 expansão no município de Marília, entre outros assuntos. O secretário executivo esclarece que na
316 reunião de políticas de novembro foi pactuado, inclusive é consenso da comissão, que a reunião
317 com a rede hospitalar ia ficar para fevereiro, então ela não está fora do radar, será em fevereiro,
318 quanto ao acesso aos contratos, volta a afirmar para todos os conselheiros, que todos os contratos
319 estão no portal da transparência e coloca a secretaria executiva a disposição para auxiliar em caso
320 de dificuldades, com data e horário marcados. Conselheiro Dimitri, faz uma consideração em
321 relação ao encerramento do mandato em abril e sugere que o ideal seria o tema da regionalização
322 ficar para o próximo mandato, contemplando também os conselheiros novos. Outro aspecto é
323 enfatizar no calendário o que diz respeito à análise edição do relatório conclusivo e encerra
324 falando o seguinte, é que havendo a aprovação do novo regimento, com certeza terão comitês ou
325 comissões novas. O calendário automaticamente presumivelmente terá que ser revisto? O
326 secretário executivo novamente esclarece que só estão cumprindo um rito do regimento, que
327 pede para colocar na aprovação. Isso não significa que o calendário é estanque. Ele pode ser
328 alterado a qualquer momento. O conselheiro Rubens pede para manter a reunião da
329 regionalização para fevereiro. A conselheira Maria Zélia coloca a necessidade de constar no
330 calendário o Consea, Comitê de Governança, Comitê de Ética e Pesquisa, segunda questão é sobre
331 o representante no Comitê de Ética e Pesquisa e tem que estar dentro do planejamento do CES.
332 Conselheiro Ledivan, faz questão de colocar para que a mesa diretora tome ciência e todos os
333 conselheiros também, com a falta de respeito dos conselheiros que não participam das reuniões
334 para com os que participam, que seguram a carga sozinhos e no dia de festa todos aparecem e
335 pede para cumprir o regimento no que se refere as faltas, podemos até correr o risco das reuniões
336 ficarem sem quórum, mas é preciso seguir o rito e deixa registrado que atentasse realmente no
337 dia da posse para essas instituições que não cumprem com o regimento, com aquilo que é de seu
338 dever. Em regime de votação, a aprovação do calendário de atividades do Conselho Estadual de
339 Saúde para 2026. **Aprovado por 17 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.**
340 Como inclusão de pauta que foi solicitado pelo conselheiro Belfari, a homologação das atas dos
341 plenos 338ª e 339ª. Conselheiro Belfari, justifica falando que todos sabem que o mandato do

342 conselheiro é de 2 anos e sempre tiveram ao longo dos últimos anos, como o exercício de
343 dezembro, para a renovação, onde os conselheiros próximos, o mandato novo usava o mês de
344 janeiro para uma qualificação preparada pela secretaria executiva e assim sempre foi feito.
345 Aconteceu que na última eleição tiveram problemas, onde tiveram que reabrir inscrição para
346 algumas cadeiras. Portanto, o conselho não estava completo e demoraram com isso. Conclusão,
347 houve este atraso e outros de processo, na conclusão do processo eleitoral, inclusive com algumas
348 indicações. As instituições levaram um pouquinho mais de tempo do que o normal para indicar
349 seus representantes, ao indicar estes, portanto, isto já estavam ultrapassando janeiro. Mesmo
350 assim, fizeram a transição entendendo que era perfeitamente viável e mesmo com a ausência,
351 houve ainda mais um atraso por solicitação de mais uma documentação. Conclusão, chegou para
352 o governador assinar esse decreto só em 4 de abril e justifica com mais algumas explicações e
353 finaliza solicitando as duas homologações. O conselheiro Rubens reforça a cobrança das
354 instituições pela mesa diretora. O Dr. Eudes antecipa o final da reunião, pois tem outro
355 compromisso e coloca que foi um prazer muito grande conhecer todos aqui, os presenciais, os que
356 estiveram online. Confessa que aprendeu muito e conseguiu fazer uma leitura diferenciada
357 daquela que tinha a respeito do conselho, parabeniza todos pelo trabalho realizado no ano de
358 2025, que foi um trabalho profícuo e um trabalho exitoso. E aproveita também a oportunidade
359 para desejar a todos um Natal de muita paz, muita harmonia, saúde com os melhores votos para
360 o próximo ano. Agradece a todos pelo comparecimento e pela amizade. Conselheira Maria Zélia,
361 coloca algumas questões, como entender todo o processo com a alteração de tecnologias e que
362 teve a curiosidade de querer saber quantos volumes tem o Conselho Estadual e informa que são
363 16 volumes com mais de 400 folhas páginas por processo administrativo e que isso é preservar a
364 história dos trabalhos do CES fato que consta no regimento, pois fala da parte documental e
365 esperar conseguir colocar em pauta, pois é preciso escrever a história para o conhecimento de
366 todos, destaca ainda a importância e seriedade do papel do conselheiro e a responsabilidade do
367 papel institucional do CES. Em regime de votação as Atas de nºs 338ª de 26 fevereiro/2024 e 339ª
368 de 25 de março/2024. **Aprovada por 16 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.** O
369 próximo item de pauta também é uma inclusão de pauta solicitado pelo conselheiro Belfari sobre
370 ir para Brasília e pede para voltar a indicação do conselheiro Leandro, visto que seu mandato
371 definido por Decreto só terminará em abril/2026. O secretário executivo informa que informaram
372 o CNS da troca e solicitaram a inclusão do conselheiro Belfari, e obtiveram a resposta que a

373 passagem do Leandro foi cancelada pelo CNS e não seria possível fazer a inclusão, portanto o
374 evento terá só a representação da conselheira Juraciara, que é da coordenação de adjunta da
375 comunicação, informação e educação – CIE. O secretário executivo reforça a informação de que o
376 conselheiro Leandro não terá nenhum prejuízo com o cancelamento. Conselheiro Leandro, coloca
377 que tendo em vista seu cancelamento, nem poderia ir mais, pois preencheu sua agenda com
378 outras atividades. Diante esta deliberação do coletivo CES, não pode ser acolhida pelo CNS, foi
379 retirada da pauta. O secretário executivo se despede desejando boas festas a todos e agradece
380 em nome da Secretaria Executiva do CES. Passa a palavra para o **conselheiro Leandro da Mesa**
381 **Diretora**, que deseja um excelente final de ano para todos e encerra a reunião.